

UM DIÁLOGO (IM)POSSÍVEL: O (NÃO) LUGAR DA “ESCRITORA FAVELADA” CAROLINA MARIA DE JESUS*

Edgar Godoi Gabriel¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar em que medida vida e obra de Carolina Maria de Jesus têm sido silenciadas, marginalizadas, toleradas, ou melhor, de que maneira têm sido postas em uma condição de atopia no espaço social. Para atingir esse objetivo, a pesquisa ancora-se no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso de vertente francesa, mas especificamente em sua perspectiva enunciativo-discursiva tal qual Dominique Maingueneau tem praticado e desenvolvido. Entre os conceitos elaborados por esse teórico, acionou-se sobretudo o de atopia, mas conta também com algumas incursões no conceito de paratopia, dada a inter-relação desse arcabouço teórico. O corpus constitui-se de trechos recortados tanto da obra de Carolina Maria de Jesus quanto de entrevistas e depoimentos em que a autora relata a (im)possibilidade de ela se estabelecer escritora, além disso, como uma espécie de corpus de apoio que serve de disparador da discussão proposta, há três comentários de acadêmicos sobre a obra caroliniana. Os resultados mostram que, possivelmente por motivos de ordem paraliterária, Carolina Maria de Jesus sofreu um deslocamento duplo, isto é, da sua biografia e da sua obra, pelo fato primordial de ela ter feito a sua biografia sua obra.

Palavras-chave: Análise do Discurso francesa; Discurso Literário; Carolina Maria de Jesus; Escritos periféricos; Mulheres negras.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, enveredamos pela temática “a (im)possibilidade de certos perfis participarem de determinadas comunidades”, ou melhor, a rejeição ou o silenciamento de determinados discursos no interior do campo literário². Especificamente, trataremos do caso da negra Carolina Maria de Jesus, quem teve indeferido, censurado ou ignorado o seu acesso à comunidade dos escritores brasileiros, supostamente pelo fato de ter sido uma mulher negra, semialfabetizada e moradora da maior favela da cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 1950.

* Este texto é uma versão modificada e atualizada de “Uma existência atópica: vida e obra de Carolina Maria de Jesus” *RevLet*, 11 (1): 2019, 93-112. Disponível em: <http://www.revlet.com.br/artigos/492.pdf>.

¹ Mestre em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, edgargabrielti@gmail.com.

² Referimo-nos aqui à noção desenvolvida em “Campo Discursivo: a propósito do campo literário” (MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em Análise do Discurso*, 2010b, p. 49-62). Nesse trabalho, o autor parte da problemática de Pierre Bourdieu a despeito da sociologia da literatura para então refiná-la e torná-la operacional pelo viés discursivo.

Esse impedimento ocorreu em agosto de 1960, quando do lançamento de seu livro inaugural, *Quarto de Despejo*: diário de uma favelada, mesmo que este seja um *best-seller* traduzido para 14 idiomas, fato raríssimo entre escritores brasileiros, façanha realizada apenas por Jorge Amado e, mais recentemente, Paulo Coelho³. Depois da sua estreia na literatura, vida e obra de Carolina caíram em ostracismo por décadas.

Com a democratização do acesso à internet, surgem diversos movimentos sociais cujo trabalho é se dedicar às causas que por muito tempo se mantiveram no anonimato, silenciadas, ou seja, as causas em favor das minorias. Entre elas, podemos citar os movimentos feministas de combate ao racismo, ao sexismo e à desigualdade social como um todo, mas que também têm buscado a construção de identidade(s) negra(s), de mulheres da periferia, comunidade LGBTQI+, seja por meio de políticas públicas seja por meio da arte (música, literatura, dança, teatro, pintura, escultura...).

Nesse cenário, tanto a vida quanto a obra da “escritora favelada” (predicado malicioso cunhado pela imprensa da época) Carolina Maria de Jesus têm sido (re)descobertas pelas novas gerações, dada a sua representatividade para os movimentos femininos, negros e periféricos, bem como ao fato de ela ter sido a primeira negra moradora de uma grande favela a publicar um livro.

Em *Quarto de despejo*, a escritora denuncia a vida árdua dos favelados e a sua fatigante lida diária para conseguir os mantimentos básicos, isto é, a luta pela sua sobrevivência. A esse respeito, afirma o seguinte: “[...] a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos” (JESUS, 2012, p. 195-196).

Os movimentos sociais supracitados fizeram com que a academia, por conseguinte, revisitasse a obra de Carolina, uma vez que, além do acesso à informação estar mais democrático, contribui para isso acontecer o aumento significativo de ingressantes negros e periféricos nas universidades brasileiras nas últimas décadas.

Nesse sentido, embora com mais ênfase em *Quarto de despejo*, toda a obra da escritora tem sido estudada a partir de diversas áreas do conhecimento, como História, Sociologia, Estudos Culturais e Identitários, Teoria Literária, Psicologia, entre outras, dedicando-se a questões diversas: feminismo, migração, desigualdade social, conflito entre classes sociais, racismo etc.

No entanto, não se encontra essa diversidade de estudos quando se trata da abordagem discursiva, que ainda é bastante incipiente, daí a nossa motivação em

³ Para um debate mais aprofundado sobre essas traduções, Cf. *A vida escrita de Carolina Maria de Jesus*, de E. D. Perpétua (2014).

explorar a temática por esse viés. Ademais, corrobora nossa justificativa o fato de Ivan Cavalcanti Proença afirmar, durante a homenagem à Carolina Maria de Jesus promovida pela Academia Carioca de Letras⁴, em 17 de abril de 2017, que *Quarto de Despejo* “não é literatura”, pois o “diário não é ficcional”, logo, “não carrega literatura”. Com isso, o acadêmico retoma e põe em evidência uma discussão travada há muito tempo: o estatuto literário da obra caroliniana. Ainda que essa questão não pertença ao escopo deste texto, ela é o disparador da discussão que propomos aqui.

Portanto, este artigo visa a analisar em que medida vida e obra de Carolina Maria de Jesus têm sido postas à margem, negligenciadas ou mesmo silenciadas no espaço social, ou seja, em que medida vida e obra de Carolina têm sido postas em uma condição de atopia.

Com vistas a atingir tal objetivo, acionamos o conceito de atopia, o qual se insere no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso, em uma perspectiva enunciativo-discursiva, tal qual Dominique Maingueneau (2006; 2010a; 2010b; 2015) desenvolve suas pesquisas.

O *corpus* de referência é constituído de fragmentos da obra de Carolina Maria de Jesus (não apenas *Quarto de despejo*), nos quais a autora relata a (im)possibilidade de estabelecer-se escritora, isto é, ser reconhecida como tal tanto pelos seus pares quanto pela sociedade em geral (mídia, editoras, público leitor...), bem como de comentários/declarações de três renomados eruditos sobre a obra caroliniana, a saber: Wilson Martins, Marilene Felinto e Ivan Cavalcanti Proença. Embora Carolina (e obra) tenha sido alvo de vários boicotes e ataques, os trechos recortados sintetizam, de certo modo, todos eles. Com isso, temos acesso tanto ao que a autora diz por meio de seus escritos, quanto à representação dos discursos acadêmico e midiático, depreendidos na fala dos três exemplares mencionados.

A nossa hipótese inicial, a de que não devemos desvencilhar a biografia da obra, confirma-se ao percebermos que Carolina Maria de Jesus fez sua vida a sua obra, sendo por isso rotulada de “escritora de diários”, o que fez com que seus escritos ficassem sob a rubrica “autobiografia”, embora tenham ultrapassado esses gêneros.

⁴ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gsbHLYahQ_8. Acesso em: 12 jul. 2020.

QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Visando a estabelecer a localização dos discursos no universo discursivo, isto é, a inter-relação das práticas discursivas em sociedade, Dominique Maingueneau (2006; 2010a; 2010b; 2015) desenvolve um quadro teórico-metodológico com o qual se torna possível a composição de uma cartografia dos discursos.

A primeira categoria desenvolvida a esse respeito foi a de discursos constituintes⁵, que designam fundamentalmente “[...] os discursos que se propõem como discursos de Origem, validados por uma cena de enunciação que autoriza a si mesma” (MAINGUENEAU, 2006, p. 60).

A hipótese do autor é a de que há um domínio específico no seio da produção verbal de uma sociedade, tipos de discursos que têm em comum algumas propriedades relativas às suas condições de emergência, funcionamento e circulação.

Segundo o teórico francês, os discursos constituintes são o literário, filosófico, religioso e científico, que fundam e não são fundados por outro discurso em situações de comunicação. Esses tipos de discurso conferem sentido aos atos da coletividade, pois são dotados de um estatuto singular: zonas de fala entre outras e falas que se pretendem superiores.

Note que isso não quer dizer que discursos não constituintes (midiático, escolar, administrativo, econômico, publicitário etc.) não ajam sobre eles. Pelo contrário, há uma constante interação tanto entre discursos constituintes quanto entre constituintes e os não constituintes. Entretanto, os discursos constituintes negam a existência de tal interação ou agem no intuito de submetê-la a seus princípios.

Pelo fato de não haver outros discursos acima deles e por eles se autorizarem a partir de si mesmos, o linguista francês observa que os discursos constituintes têm um pertencimento paradoxal: pertencem e não pertencem ao universo social; expressam a impossibilidade de atribuir a si uma verdadeira topia (lugar), visto que somente os discursos ancorados em um Absoluto, ligados a uma Fonte legitimante, podem fiar outros discursos (MAINGUENEAU, 2010b).

Assim, esses discursos simultaneamente auto e heteroconstituintes o autor denomina *discursos paratópicos*, porque são discursos-fronteiras, que só existem por

⁵ Cf. “L’analyse des discours constituints” (MAINGUENEAU; COSSUTTA, *Langages* 117, 1995, p. 112-125). Uma síntese dos trabalhos do autor a esse respeito encontra-se em “Os Discursos Constituintes” (In: MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*, 2008, p. 37-54).

uma localização paradoxal, isto é, estão *além* da sociedade mesmo dela participando, ou melhor, precisam estar ao mesmo tempo *na* sociedade e *fora* dela para legitimarem a si e aos outros.

Em relação ao discurso literário, Maingueneau (2006) distingue alguns tipos de paratopia, a saber: espacial, temporal, linguística e identitária (familiar, sexual e social), que são correlacionadas e essenciais para a criação literária. Contudo, encontrar ou atribuir um estatuto paratópico à vida e obra de Carolina de Jesus foge ao nosso escopo, sendo assim, temos por objetivo verificar em que medida vida e obra de Carolina são negligenciadas no espaço social, embora sua existência seja facilmente atestada.

Visto que o universo discursivo não se limita a uma divisão binária: de um lado, estão os discursos constituintes (paratópicos) e, do outro, os não constituintes (tópicos), deve-se lembrar que o “caráter problemático” de pertencimento a esse universo não é uma exclusividade dos discursos paratópicos. O discurso atópico é também fruto de um pertencimento paradoxal.

Maingueneau (2010a) desenvolve a noção de atopia quando do seu estudo sobre o discurso pornográfico, precisamente a literatura pornográfica francesa. Sua hipótese é a de que “a literatura pornográfica é flagrada em uma dupla impossibilidade:

1. é impossível ela não existir;
2. é impossível ela existir” (MAINGUENEAU, 2010a, p. 24).

A primeira impossibilidade diz respeito à “ordem do fato”, isto é, diante do que é uma sociedade, é inelutável que esses enunciados pornográficos são produzidos nela. A segunda impossibilidade é no sentido da “norma”, isto é, se o discurso pornográfico tivesse pleno direito de cidadania, então não haveria sociedade possível.

Dito de outro modo, se livros, filmes e outras semioses pornográficas tivessem o mesmo estatuto que filmes, livros, artes e outras semioses não pornográficos, os atuais valores sociais seriam insignificantes, fadados ao fracasso.

Com essa hipótese, o teórico chama a atenção para a ambiguidade do verbo *existir*: “é certo que a literatura pornográfica existe, no sentido de que ela é massivamente atestada, mas ela não existe plenamente, no sentido de que é clandestina, nômade, parasita, ocultada...” (MAINGUENEAU, 2010a, p. 24).

Produtos pornográficos ocupam locais reservados, até mesmo escondidos — restrição de idade, local e horário para acessar seu conteúdo, embalagens discretas para transporte etc. Além disso, dificilmente os profissionais envolvidos (autores e

produtores que, em geral, usam um pseudônimo) são homenageados, premiados ou mencionados em eventos públicos, “em família”.

Desse modo, as práticas relacionadas ao universo pornográfico (produção e consumo de literatura, filmes, artes, piadas...) não têm lugar para existir, esgueiram-se pelos interstícios do espaço social.

Essa falta de um lugar social é denominada pelo teórico de atopia, sendo a justaposição do prefixo *a* (negação, falta) com *topia* (lugar). Dito de outra maneira, o discurso pornográfico é considerado “atópico”, porque a sua existência plena é negada, posta na clandestinidade ou, no máximo, tolerada.

Em síntese, os discursos constituintes (paratópicos) e o discurso atópico são parasitários e atuam na fronteira social; no entanto, não se trata da mesma fronteira: à medida que os discursos paratópicos têm “direito de cidadania” (melhor, fundam o direito da cidade a ser uma cidade), a produção pornográfica não é reconhecida pela cidade, é abafada, silenciada quando não agredida.

Sendo assim, os discursos com potencial paratópico precisam estar simultaneamente *na* e *fora* da sociedade para constituírem a si e aos outros, ou seja, estão *além* da sociedade; por sua vez, o discurso pornográfico está *aquém* da sociedade, por ser considerado infame, torpe, vil, ignóbil.

Ao tratarmos da obra de Carolina Maria de Jesus, somos tentados a recorrer ao conceito de paratopia, uma vez que Dominique Maingueneau o desenvolve quando do seu estudo sobre o discurso literário.

Nossa proposta, porém, é explorar o conceito de atopia para além do discurso pornográfico e, com isso, abarcar a obra de Carolina Maria de Jesus, com vistas a analisar em que medida a sua produção artística tem sido posta em condição de atopia no campo literário, isto é, silenciada, abafada, marginalizada ou quando muito tolerada, por ser considerada *aquém* dos cânones.

A motivação em trilhar pelo conceito de atopia justifica-se pelo fato de alguns eruditos alegarem que os escritos de Carolina têm no máximo valor histórico, sociológico e até sentimental, mas não literário.

Logo, a diferença está no fato de que, na paratopia, o escritor deve pertencer e não pertencer ao mesmo tempo, isto é, deve adotar um pertencimento insustentável em uma topia; já na atopia, como tentamos demonstrar, Carolina não tem escolha: é silenciada e empurrada para outros campos, ou seja, impedida de estabelecer-se em uma topia.

Verifica-se desde já que há uma voz que não tolera Carolina no campo literário, por isso, tem se esforçado para mantê-la afastada, abafada, sem existência plena na comunidade dos “escritores legítimos”, embora de Jesus a todo momento tenha manifestado seu desejo de estabelecer-se escritora. Por exemplo: “O que sempre invejei nos livros foi o nome do autor. Eu li o meu na capa do livro... Fiquei emocionada. É preciso gostar de livros para sentir o que eu senti” (JESUS, 2012, p. 195).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

À medida que Carolina se esforça para se estabelecer como escritora, a poeta dos pobres depara-se com as adversidades, uma força disposta a impedir a realização de seu sonho, como se dissesse “coloque-se no seu lugar”. Mas então indagamos: qual é o lugar que lhe destinaram?

Pode-se encontrar a resposta em várias passagens de seus escritos. Por exemplo, em 16 de junho de 1958, a autora relata “[...] Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: — É pena você ser preta.” (JESUS, 2012, p. 65). Ou ainda, como registrado no seu poema *Quadros* (JESUS, 1996, p. 201):

Eu disse: o meu sonho é escrever!
Responde o branco: ela é louca.
O que as negras devem fazer...
É ir pro tanque lavar roupa.

Em um país com o histórico de escravidão negra tão longo, a cor da pele dificulta ou, muitas vezes, impossibilita a realização do seu sonho de tornar-se escritora. Isso parece algo tão petrificado no imaginário popular, enraizado no brasileiro, que não causa mais espécie, e sim “graça”, passando-se como uma trivialidade, um fato consumado. E Carolina, enquanto mulher negra, reflete esse discurso preconceituoso:

Contei-lhes que um dia uma jovem bem vestida vinha na minha frente
um senhor disse:
— Olha a escritora!
O outro agêitou a gravata e olhou a loira. Assim que eu passei fui
apresentada. Ele olhou-me e disse:
— É isto!
E olhou-me com cara de nojo. Sorri, achando graça.
— Ela é a escritora vira-lata disse a Dona Maria mãe do Ditão.
Os passageiros sorriram. E repetiam. Escritora vira-lata. (apud
SOUSA, 2012, p. 13)

Com as reportagens promocionais para o lançamento de *Quarto de Despejo*, no correr do ano de 1960, a discriminação (racial e social) intensifica-se cada vez mais por parte daqueles que se recusam a reconhecê-la como uma escritora (JESUS, 1961, p. 25):

22 de maio de 1960:

[...] nas ruas o povo dizia “olha a escritora que estava na televisão... Ela ganhou uma caneta de ouro”.

— Por que é que ela ganhou a caneta?

— Ela é a escritora da favela.

Ouvi uma gargalhada irônica:

— Favela não dá escritor. Dá ladrão, tarado e vadio. Homem que mora na favela é porque não presta.

Quando era uma menina, Carolina matriculou-se em um instituto educacional quando raríssimos negros o faziam, graças à filantropia e influência da patroa de sua mãe. No colégio, aprendeu a ler e escrever durante dois anos incompletos, também contrariando as estatísticas do seu povo.

Quando do lançamento de seu *Quarto de Despejo* (1960), Carolina “invade” um espaço que não a comporta e que, por isso mesmo, foi abalado pelo conteúdo expresso no seu livro por tudo que representa. Em outras palavras, uma mulher negra, moradora de uma favela e semialfabetizada não poderia almejar ser escritora, menos ainda tornar-se uma escritora produzindo seus textos fora dos moldes canônicos, transgredindo sua estética, sem sofrer consequências. Desse modo, ataques à sua pessoa intensificaram-se.

Desde o lançamento de *Quarto de Despejo*, sua escrita tem sido criticada com certa sazonalidade, as mais mordazes são assinadas pela jornalista e escritora Marilene Felinto (1996) e pelo crítico literário Wilson Martins (1993), para este último, o livro não passa de um “embuste”.

O crítico literário alegou que a negra favelada não teria condições de escrever aquele livro. Portanto, “Carolina Maria de Jesus” seria na verdade um pseudônimo de Audálio Dantas, para este evitar possíveis represálias. Ainda, que o livro era obra de um “espertalhão”, não passava de um “golpe publicitário”.

Por conta dessas acusações, Dantas pronuncia-se: “[...] repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história — a visão de **dentro** da favela” (DANTAS, 2012, p. vi-vii — grifo do autor).

Salienta-se que o problema das favelas nas décadas de 1940 a 1960 era restrito a alguns pontos isolados da capital paulista, motivo pelo qual muitos moradores de São

Paulo desconheciam a favela do Canindé e suas dramáticas, embora à época esta fosse a maior da cidade. Assim, a partir da narrativa do livro, a população se espantou com aquele lugar “diferente”, aonde o Estado só chegava em face da Polícia Militar.

O outro ponto diz respeito ao fato de a autora ser uma mulher negra e semialfabetizada, o que, para alguns, põe em xeque sua capacidade de criação, registro crítico da realidade, a ponto de atribuir a autoria do livro a um homem branco.

No que tange à dicotomia homem/mulher, Pierre Bourdieu (2012, p. 82) informa que, das mulheres, “[...] se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas”. Essa dominação masculina, “que constitui as mulheres como objetos simbólicos”, estende-se também para a “escrita feminina”, ou seja, não se espera que a mulher possa ser crítica, elevar o tom para ser ouvida etc.

De modo algum Carolina se enquadrava nessas premissas; ela pagou o preço por querer ser dona do próprio destino. Além de autoproclamar-se “porta-voz do povo” na reivindicação de direitos básicos, ela rejeitava o “ser feminina para o homem”, isto é, submissa, contida, apagada ou o papel de “esposa ideal” cultivada nos anos 1950. Em várias passagens de seu trabalho, a escritora rejeita esse lugar imposto à mulher, tanto que nunca se casou. A esse respeito, disse ela:

18 de julho de 1955

[...] A minha porta atualmente é teatro. [...] Elas [as vizinhas] alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmola ... tem que mendigar e ainda apanhar. [...] Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vida de escravas indianas. Não casei e não estou descontente. (JESUS, 2012, p. 16-17)

Constatado que Carolina Maria de Jesus realmente existia (após entrevistas para a imprensa por conta do lançamento do seu livro), começou-se a questionar a qualidade de sua escrita. Um dos argumentos mais utilizados para deslegitimar o estatuto de escritora de Carolina é que seus diários carecem de uma certa “estética literária”, isto é, uma escrita aceita pela academia — “república das letras brancas e cultas” (LAJOLO, 1996, p. 43) —, com suas concordâncias verbais e nominais, crases e mesóclises... território onde a literatura “conquista” sua cidadania.

Em 17 de abril de 2017, durante uma homenagem à Carolina Maria de Jesus promovida pela Academia Carioca de Letras, o renomado professor de literatura Ivan

Cavalcanti Proença retoma a discussão, ao afirmar que a obra de Carolina não pode ser considerada literária, pois “diário não é ficcional, não carrega literatura”. O erudito, que também é membro da Academia Carioca de Letras, justifica sua tese elencando e dissertando sobre casos de sintaxe (períodos curtos, sincopados, sem orações subordinadas...). Em seguida, relata: “Ouvi muitos intelectuais paulistas: ‘se essa mulher escreve, qualquer um pode escrever’”.

Não nos deteremos na questão se o professor teve ou não a intenção de diminuir os escritos carolinianos, visto que foi convidado para homenageá-la. Fato é que sua declaração, na esteira das críticas de Wilson Martins e Marilene Felinto, refletiu um discurso conservador no que tange ao estabelecimento e à manutenção do padrão acadêmico para um texto ser considerado literário ou não, isto é, “conquistar” sua cidadania plena.

Ora, deve-se recordar que uma escrita que não copie ou se aproxime em demasia dos grandes textos (cânones) também se constitui como uma estética outra. Afinal, não é só de cânones que vive o discurso literário.

Além disso, são precisamente os seus “erros gramaticais” que dão o tom verossímil da obra, de uma narradora-personagem que teve o seu direito à educação negado, o seu direito à moradia negado e o seu direito aos serviços básicos negado.

Carolina fez o que pôde com as ferramentas de que dispunha: estudou até o segundo ano do primário e, ainda assim, diante de tantas adversidades, foi capaz de registrar sua obra (poemas, memórias/relatos, contos...), uma visão “de dentro da favela”, ou seja, de alguém que dificilmente teria outro meio disponível para se expressar, uma vez que as classes dominadas não falam, são sempre faladas, pois a classe dominante detém os meios de comunicação e, quase sempre, obtém o direito da narrativa dos fatos.

Não bastassem essas questões, de Jesus foi vendida pela indústria cultural como uma escritora de diários, embora sua produção literária vá além deles. Por muito tempo, o gênero diário foi considerado “baixo”, de “pouca qualidade”, uma corruptela muito aquém da literatura canônica, na maioria das vezes destinado a “assuntos femininos” e/ou à escrita de excluídos⁶. Mesmo assim, era destinado no geral às mulheres brancas, que aprendiam a ler e escrever, que tinham acesso a jornais e a outros bens culturais.

⁶ Entre outros exemplos, podemos citar nomes como o de Anne Frank, Helena Morley, Maura Lopes Cançado e Francisca Souza da Silva, que se consagraram no gênero diário.

Philippe Lejeune (1980 apud PERPÉTUA, 2014, p. 41) informa que “O silêncio dos outros parece muito natural: a autobiografia não faz parte da cultura dos pobres”, ao observar que os “outros” (os excluídos) só registravam suas biografias por intermédio de um historiador, etnógrafo, antropólogo ou, mais recentemente, jornalista⁷, ou seja, sob a chancela do homem branco acadêmico e, na maioria das vezes, a partir de sua visão eurocêntrica.

Entretanto, Carolina rompe com essa tradição e registra ela mesma, a seu modo, o seu cotidiano (e dos demais moradores da favela do Canindé) em cadernos encardidos encontrados nas ruas e lixeiras do centro de São Paulo, enquanto ela catava papel para sobreviver, sem o prestígio acadêmico ou dos grandes poetas.

Observe que, figura essencial para a publicação de *Quarto de Despejo*, o jornalista Audálio Dantas foi o intermediário entre Carolina Maria de Jesus e a editora Francisco Alves, mas ele organizou e editou os escritos de Carolina, não os escreveu⁸.

Perceba ainda que o desejo de se estabelecer escritora é manifesto na obra de Carolina como um todo, motivo pelo qual se definiu o título de seu livro póstumo: *Meu sonho é escrever...* (JESUS, 2018). Para atingir seu objetivo, paradoxalmente, ela se esforçava para integrar o círculo de escritores brasileiros, o qual a rejeitou de diversas formas.

Assim, tal qual a pornografia causa embaraço às tradições familiares, a presença da autora de *Quarto de Despejo* no campo literário abalaria suas estruturas (ritos e ditames) impostas e mantidas desde os tempos mais remotos, devido a tudo que Carolina Maria de Jesus representa: a *antítese do cânone*.

Segundo as formulações teóricas de Dominique Maingueneau (2006; 2010a; 2010b; 2015), o discurso literário tem um grande potencial paratópico, porque é um discurso constituinte, ou seja, é capaz de fundar e legitimar sua própria enunciação, ao acionar qualquer gênero de discurso para compor suas cenografias:

Em um discurso constituinte, há **constituição** porque os dispositivos enunciativos que ele elabora legitimam, de maneira, por assim dizer, performativa, sua própria existência, mas agindo como se obtivessem

⁷ Como no caso da guatemalteca vencedora do Nobel da Paz de 1992, *Meu nome é Rigoberta Menchú: e assim nasceu minha consciência*, de Elizabeth Burgos (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993).

⁸ Pode-se atestar a autenticidade dos escritos ao se consultar o acervo Carolina Maria de Jesus, dividido entre o Museu Afro-Brasileiro (SP), Museu de Sacramento (MG), Instituto Moreira Sales (RJ) e Biblioteca Nacional (RJ), onde passa por um sofisticado processo de digitalização. Disponível em: <https://www.vidapoescrito.com/biblioteca-nacional>. Acesso em 11 jul. 2020.

tal legitimidade do Absoluto, que falaria por meio deles...
(MAINGUENEAU, 2015, p. 142 — grifo do autor)

Nesse sentido, a escrita de Carolina autolegitima-se para a produção de efeitos de sentido (verossimilhança) de uma narradora-personagem que, devido à negação de direitos básicos, como o acesso à educação, tem uma escrita carregada de deslizes gramaticais, hibridismos da linguagem culta e informal, do popular, do poético etc.

No entanto, a academia subtrai o caráter literário dos escritos carolinianos, ao alegar que “[tais] textos teriam no máximo valor documental, de interesse sociológico [...] antropológico ou mesmo psicológico” (FELINTO, 1996).

Com isso, marginaliza-se a obra de Carolina⁹, colocando-a em uma condição de atopia, ou seja, sua enunciação literária não tem direito à cidadania plena no campo literário, é parasitária, está aquém.

Se, por ventura, seus escritos gozassem de um prestígio literário, ou seja, legitimado pela academia, é bem provável que, em suas análises, os críticos justificassem os períodos curtos e deslizes gramaticais por estarem relacionados a uma comunidade mais humilde, não educada formalmente, que reproduz a oralidade na escrita etc. (na condição de paratópica, a enunciação literária é autoconstitutiva).

Entretanto, ao negar o estatuto literário aos escritos (fora dos moldes canônicos), a academia os empurra para outros campos: “têm no máximo valor documental, sociológico, antropológico ou psicológico...” (FELINTO, 1996).

O que se tem é, então, uma tentativa (por enquanto bem-sucedida) de marginalizar, silenciar, pôr na clandestinidade a obra caroliniana, isto é, de negar-lhe a cidadania plena no campo literário. Dessa forma, a própria autora, após sucessivas negativas, reconhece essa impossibilidade, como manifestado nos seguintes versos citados por Castro e Machado (2007, p. 53):

Não digam que eu fui rebotalho,
Que vivia à margem da vida
Digam que eu procurava por trabalho
Mas fui sempre preterida.
Digam ao meu povo brasileiro
Que o meu sonho era ser escritora,
Mas eu não tinha dinheiro
Pra pagar uma editora.

⁹ A maior parte de seus escritos está fora de catálogo há muitos anos. Além de *Quarto de Despejo* (1960), a autora publicou: *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), *Provérbios* (1963) e *Pedaços da fome* (1963). Entre as publicações póstumas, estão *Diário de Bitita* (1986), *Meu estranho diário* (1996), *Antologia pessoal* (1996), *Onde estaes felicidade?* (2014), *Meu sonho é escrever... contos inéditos e outros escritos* (2018) e *Clíris* (2019).

Observe ainda que o (não) lugar de Carolina na sociedade não se restringe aos pontos indicados. De acordo com Meihy e Levine (1994, p. 19-20), a escritora não teve o apoio dos militantes da esquerda nem dos da direita: “para os primeiros, ela não parecia suficientemente estridente para provar as teses da luta de classes; para a direita, seus testemunhos incomodavam o pressuposto da pobreza domesticada, útil sem dúvida para os discursos disciplinadores”. Assim, ponderam os historiadores,

Carolina foi, pode-se dizer, uma guerreira valente contra as tropas da herança racista, anti-interiorana, preconceituosa em relação às mulheres e, sobretudo uma pessoa afrontadora da marginalidade e da negligência política. Rebelava-se sozinha e por isso jamais chegou a ser revolucionária ou heroína permanente. Sequer foi musa de causas coletivas. Houve um momento em que, ainda que de maneiras contraditórias e estranhas, ela cabia em todas as frentes e, ao mesmo tempo, não servia por longo período a nenhuma. Por isso é provável que tenha sido deixada por todos. (MEIHY; LEVINE, 1994, p. 19)

Tem-se, uma vez mais, o não lugar de Carolina Maria de Jesus. Em outras palavras, estamos diante da impossibilidade de lhe atribuir uma topia.

CONCLUSÃO

Por meio dos seus escritos, podemos perceber que Carolina Maria de Jesus nunca hesitou em manifestar seu desejo de estabelecer-se escritora. Paradoxalmente, esforçava-se para integrar o círculo de escritores, o qual a tem boicotado e rejeitado de várias maneiras, dentre elas, por meio da afirmação de que sua obra carece de estética literária e, com isso, tem no máximo valor documental, sociológico, psicológico etc., mas não literário.

Conforme bem observa Maingueneau (2015), um discurso em condição de atopia pode, ao longo do tempo, deixar de sê-lo. É o caso, por exemplo, do que se entendia por “pornografia” em séculos passados e, atualmente, consta nas prateleiras dos grandes escritores ou clássicos da literatura.

É precisamente nesse sentido que os movimentos feministas, negros e periféricos, somados ao aumento significativo de ingressantes negros nas universidades brasileiras, têm trabalhado para resgatar uma memória que por muito tempo ficou silenciada, negligenciada, tolerada.

Nesse cenário que se pinta, a democratização do acesso à internet tem sido fundamental tanto para a circulação quanto para o consumo dos textos de Carolina Maria de Jesus, resgatando-os da sombra, do não lugar social, da clandestinidade, do silêncio.

O que está em jogo é, portanto, uma disputa por representatividade, daí o embate entre indeferir e outorgar a cidadania plena desses escritos no campo literário. O discurso que é favorável aos escritos carolinianos gozarem de um estatuto literário alega que a academia não o faz por razões paraliterárias¹⁰.

Sem esse estatuto (“cidadania plena”), devemos salientar, os livros de Carolina Maria de Jesus não são estudados em escolas públicas (exceto quando há iniciativa de professores, porém, muitos ainda desconhecem a obra), nem constam em bibliotecas públicas, tampouco nas bibliografias básicas dos cursos de Letras, Pedagogia e afins das instituições de ensino superior brasileiras.

Em outras palavras, esses textos existem e, ao mesmo tempo, não existem, tal qual refletiu Dominique Mainguaneau no tocante à literatura pornográfica.

Diante de tais evidências, podemos concluir que a obra de Carolina Maria de Jesus tem uma condição *atópica*, isto é, uma existência cujo direito de existir plenamente em sociedade é negado, silenciado, desprezado. Ainda, dado que sua obra está intimamente ligada à sua biografia, defendemos a tese de que existe uma dupla negação: a da obra e a da autora, visto que uma implica a outra.

Carolina Maria de Jesus é uma personagem importante da história brasileira e, principalmente, da luta dos excluídos depositados nos “quartos de despejos” dos grandes centros urbanos. É uma autora cujos escritos foram buscar voz onde só havia silêncio, ao asseverar que o subalterno não só pode, como também deve falar.

Logo, encerramos esta discussão com um conselho fundamental cantado na voz de Gal Costa, mas escrito por Caetano Veloso (1969):

Você precisa saber da piscina, da margarina, da Carolina...

¹⁰ É fato que *Quarto de Despejo* tornou-se leitura obrigatória para os vestibulares da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Embora seja um fato a se celebrar, o obscurantismo que nos cerca na atual conjuntura política pode pôr tudo a perder, visto que a leitura da obra só será cobrada a partir de 2020. Ademais, ainda é cedo para avaliar o impacto dessa leitura obrigatória em materiais didáticos e outras áreas da indústria cultural.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTRO, E. M.; MACHADO, M. N. M. **Muito bem, Carolina!** Biografia de Carolina Maria de Jesus. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2007.

DANTAS, A. A atualidade do mundo de Carolina. In: JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2012. p. vi-viii.

FARIAS, T. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FELINTO, M. Clichês nascidos na favela. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 set. 1996. Caderno Mais!. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/29/mais!/28.html>. Acesso em: 01 mar. 2018.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2012.

JESUS, C. M. de. **Casa de alvenaria**: diário de uma ex-favelada. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1961.

JESUS, C. M. de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, C. M. de. **Antologia Pessoal**. J. C. Sebe Bom Meihy (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

JESUS, C. M. de. **Onde estaes felicidade?** Dinha; FERNANDEZ, Raffaella (orgs.). São Paulo: Edições Me Parió Revolução, 2014.

JESUS, C. M. de. **Meu sonho é escrever...** contos inéditos e outros escritos. FERNANDEZ, R. (org.). São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

LAJOLO, M. Poesia no quarto de despejo, ou um ramo de rosas para Carolina. In: JESUS, C. M. de. **Antologia pessoal**. J. C. Sebe Bom Meihy (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 37-62.

MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINGUENEAU, D. **O discurso pornográfico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010a.

MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. SOUZA-E-SILVA, M. C. P. de; POSSENTI, S. (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2010b.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARTINS, W. "Mistificação Literária". **Jornal do Brasil**. 23 out 1993. p. 4.

MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. M. **Cinderela Negra**: A saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

PERPÉTUA, E. D. **A vida escrita de Carolina Maria de Jesus**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.

SANTOS, J. R. **Carolina Maria de Jesus** — uma escritora improvável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SOUSA, G. H. P. de. **O estranho diário da escritora vira lata**. Vinhedo: Horizonte, 2012.

VELOSO, C. “Baby”. In: COSTA, Gal. **GAL COSTA**. Intérprete Gal Costa. Rio de Janeiro: Phillips, 1969.

